

Projeto do Park Way sai da pauta

Moradores ganham batalha e governo decide adiar a votação, mas proposta vai a debate público na quinta-feira

A mobilização de moradores do Setor de Mansões Park Way teve a sua segunda grande vitória contra o Governo do Distrito Federal, na defesa das áreas verdes onde seriam criados 200 lotes habitacionais sobre nascentes e áreas de preservação ambiental. Depois de terem convencido os deputados distritais a não votar o projeto do novo parcelamento no final do ano passado, conseguiram fazer o governador Joaquim Roriz determinar a retirada da matéria da pauta de votação.

A decisão foi tomada ontem, às 18h15, durante conversa telefônica entre o governador e o deputado distrital Jorge Cauhy (PMDB-DF), que tinha se comprometido com a comunidade a intermediar uma negociação. Apesar de ter sido mais um ponto marcado pelos moradores, o projeto ainda não foi retirado definitivamente da Câmara Legislativa. A proposta é a de que o assunto seja discutido e fundamentado em estudos de impacto ambiental.

“É necessário manter a organização, até que seja retirado da pauta definitivamente”, disse a contadora Gilma Rodrigues Ferreira, da comissão de mobilização dos moradores do Park Way. Hoje, às 19h, a comunidade se reúne na Mansão dos Arcos, para redefinir os rumos do movimento. A associação de moradores pretende pedir intervenção federal, para garantir a proteção do meio ambiente, caso a decisão do governo fosse pela manutenção do projeto.

De acordo com o projeto apresentado à Câmara Legislativa e

considerado por muitos deputados uma “carta em branco” para o governo usar a área como quisesse, ficaria permitido o uso residencial na complementação do parcelamento do Setor de Mansões Park Way. Poderia haver até habitações coletivas, ou seja, prédios.

Cada um dos 200 lotes teria 20 mil m², podendo ser fractionados em até oito partes de 2.500 m². “Aprovar um projeto assim é comprometer a qualidade de vida de centenas de famílias que hoje ocupam 1.180 lotes legais no local”, comentou o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

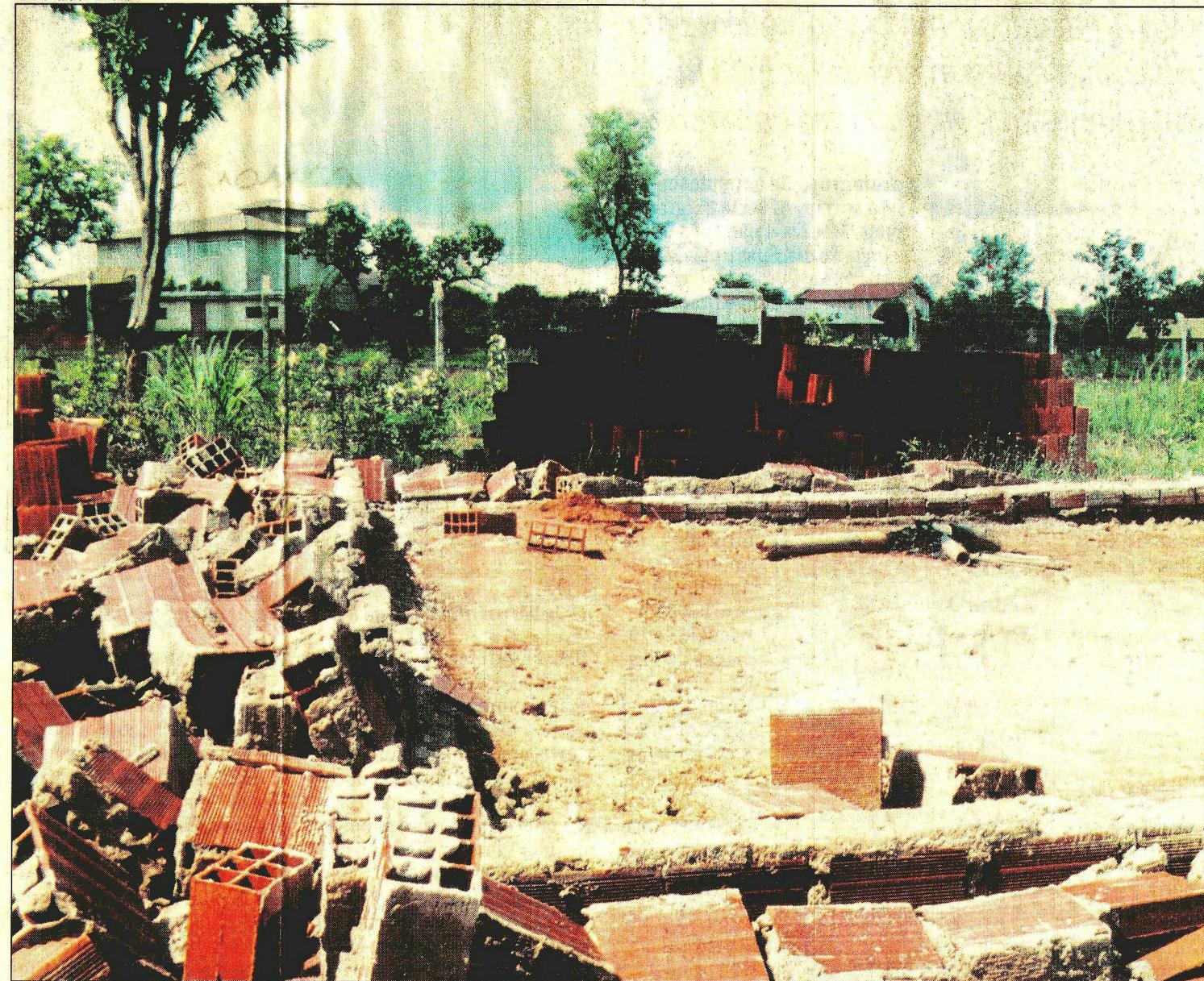
Até o final da semana passada, muitos deputados estavam em dúvida sobre como iriam votar o projeto. Quem é de oposição não tinha dúvida: seria contra mesmo. Mas a bancada dos governistas preferia adotar um procedimento mais cauteloso, para não correr o risco de desagrado a ninguém. Muito menos ao governador.

Mesmo tendo sido retirado da pauta, o parcelamento volta a ser discutido na próxima quinta-feira, na Câmara Legislativa, como já havia sido marcado há mais de uma semana. Do debate participarão deputados, moradores, ambientalistas e técnicos dos órgãos do planejamento urbano e ambiental que serão convidados.

PAREDES ABAIXO

Pilhas de tijolos no chão foram o que sobrou de uma casa construída na área verde da quadra 16 do Setor de Mansões Park Way e que até o final da tarde de domingo estava quase pronta para ser ocupada. A Administração Regional do Núcleo Bandeirante

Fotos:Acácio Pinheiro



Pilhas de tijolos no chão foram o que sobrou de um barraco em área verde invadida no Park Way. Ninguém soube dizer quem o derrubou

garante que não teve qualquer responsabilidade pelo sumiço do barraco ainda destelhado.

A casa estava sendo erguida sob proteção da liminar concedida pelo juiz da 8^aVara de Justiça do Distrito Federal, Arlindo Oliveira Filho, garantindo a manutenção da cerca do lote em nome de Elizabeth Cardoso Abdala. Ela alegou morar no local há dez anos. Por sorte, a vizinhança flagrou a invasão e denunciou. “Os próprios responsá-

veis devem ter se encarregado de derrubar”, disse o administrador do Núcleo Bandeirante, Marco Túlio Santana Rios.

Além da invasão da quadra 16, outra área está protegida (pelo menos por enquanto) por liminar da Justiça. Nos fundos da quadra 4, na Colônia Agrícola Vereda Grande, 60 mil metros quadrados estão ocupados por um pequeno barraco e dezenas de pés de milho recém-plantados. O proprietário é o músico

Álcimo Cavalcante, que defende-se do rótulo de invasor. “Há dois anos tenho um termo de ocupação da Fundação Zoobotânica do DF, que me dá o direito de construir duas casas, um galpão e plantar”, diz ele.

No local, fiscais da Administração do Núcleo Bandeirante já fizeram duas derrubadas, a última delas no mês passado. No dia 19 de janeiro, o juiz plantonista da 8^aVara da Fazenda Pública, Carlos Alberto Martins Filho,

concedeu liminar favorável ao músico. “Foi determinada até uma inspeção judicial no local para ter certeza de que não era uma invasão”, disse o advogado de Álcimo, Paulo Mattar.

Enquanto não se decide o que fazer e a Justiça mantém a área sub judice, pessoas têm aparecido interessadas em comprar uma parte dela. “Fiquei sabendo que estava à venda”, disse uma mulher que chegou acompanhada por três homens, num Gol verde.